



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

EDYLMA THAÍS DA SILVA FLORIANO

**AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): CONTRIBUIÇÕES PARA A
SUSTENTABILIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE
ARAÇAGI-PB**

**GUARABIRA-PB
2024**

EDYLMA THAÍS DA SILVA FLORIANO

AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a Coordenação /Departamento do Curso de Licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Linha de pesquisa: Geografia, Educação e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Vieira de Arruda

**GUARABIRA-PB
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F635a Floriano, Edylma Thaís da Silva.

Agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [manuscrito] : contribuições para a sustentabilidade e a segurança alimentar no município de Araçagi-PB / Edylma Thaís da Silva Floriano. - 2024.
49 f. : il. color.

Digitado.

Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Luciene Vieira de Arruda, Departamento de Geografia - CH".

1. Agricultura familiar. 2. Educação e cidadania. 3. Segurança Alimentar. I. Título

21. ed. CDD 334.05

EDYLMA THAIS DA SILVA FLORIANO

AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE): CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE E A
SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB

Monografia apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Geografia

Aprovada em: 19/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cléoma Maria Toscano Henriques** (***.625.594-**), em **27/11/2024 20:23:46** com chave **a63fdd64ad1611efa1541a7cc27eb1f9**.
- **Luciene Vieira de Arruda** (***.381.503-**), em **27/11/2024 19:23:03** com chave **2b2fbad4ad0e11efb6722618257239a1**.
- **Josete Eronides de Souza** (***.298.254-**), em **28/11/2024 12:48:26** com chave **34dce25eada011efb1cd1a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Termo de Aprovação de Projeto Final

Data da Emissão: 28/11/2024

Código de Autenticação: a55f1c



Dedico este trabalho ao meu Senhor Jesus, que me sustentou até aqui; aos meus pais, meu irmão e ao meu namorado, que dividiram comigo este sonho. E a todos aqueles que buscam desbravar o mundo através dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma graduação sempre foi um sonho, mas confesso que muitas vezes, cheguei a duvidar da minha capacidade. Não foi fácil e nunca será, são inúmeras as adversidades pelo caminho, mas hoje entendo, que sem elas não saberíamos dar o valor real às nossas conquistas. Esse trabalho é fruto de muitas mãos, corações e orações, e a eles dedico os mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de sabedoria e força em cada passo dessa jornada, por me guiar e iluminar o caminho até aqui.

Aos meus pais, Marcelo e Benedita, que são meu alicerce, que abdicaram tantas coisas durante esses vinte e três anos, com todo esforço, de sol a sol, para que eu chegasse até aqui na sombra. Ao meu irmão, João Victor, meu companheiro de vida, por estar sempre ao meu lado.

Ao meu namorado, Douglas, agradeço por me proporcionar apoio e compreensão nos dias mais exaustivos, acreditando em mim mais do que eu mesma às vezes acreditava.

Ao meu trio da universidade, Josilany e Raiane, minhas parceiras de tantas horas de estudo, desabafos e risadas, esse trabalho também é de vocês. Obrigada por cada momento, pelo apoio mútuo e por fazermos juntas dessa jornada algo especial e inesquecível.

À minha professora orientadora, Dr. Luciene Vieira de Arruda, sou eternamente grata pela paciência, pelo conhecimento compartilhado e por me guiar com tanta dedicação e cuidado ao longo dessa caminhada. Sem sua orientação, esse trabalho não teria a mesma qualidade e significado.

À minha banca examinadora, composta pelas professoras Especialistas Cléoma Maria Toscano Henriques e Josete Eronides, que contribuíram com suas valiosas orientações e sugestões para o aprimoramento deste trabalho.

Ao Programa de Extensão Humaniza Bosque Carlos Belarmino (HBCB) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pelos quais fui bolsista. Esses programas foram fundamentais para meu desenvolvimento acadêmico e profissional, oferecendo-me experiências práticas e enriquecedoras.

Agradeço à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), especialmente ao Centro de Humanidades - *Campus III*, pelo apoio e pelas oportunidades oferecidas durante minha formação, assim como ao Governo do Estado, pelo compromisso com o ensino público e

gratuito, que possibilitou o acesso à educação de qualidade. Sou grata por essa estrutura educacional que promove o conhecimento e transforma vidas, incluindo a minha.

E a todos aqueles que sentiam orgulho ao me chamar de universitária; agora pode me chamar de Professora de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. Esse espaço eu ocupo graças a renúncias, lutas e esperança.

E o próximo capítulo se chama: “Infinitamente mais além daquilo que eu poderia pedir ou pensar.” (Efésios 3:20).

A todos vocês, minha gratidão é infinita!

“E haverá espetáculo mais lindo do que ter o
que comer?” Carolina Maria de Jesus

043. LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

FLORIANO, Edylma Thaís da Silva. **AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB** (Trabalho de Conclusão de Curso, Geografia, Centro de Humanidades/UEPB), 2024, 49p.

LINHA DE PESQUISA: Geografia, Educação e Cidadania.

ORIENTADORA: Profa. Dr^a. Luciene Vieira de Arruda

BANCA EXAMINADORA: Profa. Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques

Profa. Esp. Josete Eronides de Souza

RESUMO

A agricultura familiar tem sido amplamente estudada como uma atividade econômica indispensável às sociedades humanas, desempenhando um papel significativo na transformação do ambiente onde se desenvolve. Seu objetivo central é a produção agrícola voltada para a subsistência do agricultor e de sua família. Este estudo objetiva compreender a importância da agricultura familiar dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Araçagi-PB e as suas contribuições para a sustentabilidade local e a segurança alimentar da população. A pesquisa adotou uma abordagem de base bibliográfica, seguida de uma pesquisa exploratória, de análise quali-quantitativa, sendo conduzida através de entrevistas orais semiestruturadas com 04 agricultores participantes do programa citado; com a Secretária de Agricultura da referida cidade e com o comprador da prefeitura para fiscal. Os resultados indicam que a agricultura familiar tem um impacto positivo na sustentabilidade e segurança alimentar de Araçagi, sendo caracterizada pela produção de alimentos essenciais, como frutas e tubérculos. Entre os agricultores entrevistados, destaca-se a produção voltada para a alimentação escolar (abacaxi, banana, macaxeira e batata-doce). Os dados coletados apontam que a contribuição da agricultura familiar ao PNAE, em Araçagi, ultrapassa os benefícios econômicos, gera impactos sociais positivos no combate à fome, representando um avanço significativo para a sustentabilidade e a segurança alimentar. Conclui-se que, apesar dos desafios, o fortalecimento desse setor é fundamental para garantir a oferta de alimentos saudáveis nas escolas e promover o desenvolvimento rural sustentável. Recomenda-se maior apoio governamental e capacitação para agricultores e gestores para que ocorra um maior impacto desse programa no citado município.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Educação e Cidadania, Segurança Alimentar.

ABSTRACT

Family farming has been widely studied as an economic activity necessary for human societies, working a significant role in transforming the environment in which it takes place. Its main objective is agricultural production aimed at the subsistence of the farmer and his family. This study aims to understand the importance of family farming within the National School Feeding Program (PNAE) in Araçagi-PB and your contributions to local sustainability and food security for the population. The research adopted a bibliographical approach, followed by exploratory research, of qualitative and quantitative analysis, being conducted through semi-structured oral interviews with 04 farmers participating in the mentioned program; with the Secretary of Agriculture of the mentioned city and with the buyer of the city hall as inspector. The results indicate that family farming has a positive impact on the sustainability and food security of Araçagi, being characterized by the production of essential foods, such as fruits and tubers. Among the farmers interviewed, external production for school meals (pineapple, banana, cassava and sweet potato) stands out. The data found indicate that the contribution of family farming to the PNAE in Araçagi goes beyond economic benefits, generating positive social impacts in the fight against hunger, representing a significant advance for sustainability and food security. It is concluded that, despite the challenges, strengthening this sector is essential to ensure the supply of healthy food in schools and promote sustainable rural development. Greater government support and training for farmers and managers are recommended so that this program has a larger impact in the aforementioned municipality.

Keywords: Family farming, Education and Citizenship, Food Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização geográfica do município de Araçagi-PB.	18
Figura 02	Produção agrícola de banana em Araçagi-PB destacando o cultivo da agricultura familiar.	22
Figura 03	Produção agrícola de abacaxi em Araçagi-PB evidenciando a posição de destaque do município.	22
Figura 04	Circuito de treinamento do Banco de Brasil sobre o plantio da mandioca.	24
Figura 05	Treinamento de aplicação e manuseio correto de fitossanitários e agrotóxicos.	24
Figura 06	Alimentação escolar na escola x do município de Araçagi-PB.	27
Figura 07	Aluno no momento da alimentação escolar	27
Figura 08	Cardápio das creches do município de Araçagi-PB.	28
Figura 09	Cardápio das escolas municipais do município de Araçagi-PB.	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Faixa etária dos entrevistados	21
Tabela 02	Área de produção agrícola	22

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Política de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
DA	Declaração de Aptidão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
IA	Insegurança Alimentar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNS	Conselho Nacional de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 BREVE REVISÃO ACERCA DA FOME NO MUNDO E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO	08
2.1 A SOBERANIA ALIMENTAR ENQUANTO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
2.2 IMPACTOS DA FOME NO MUNDO E POLÍTICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL: UM ENFOQUE NA REGIÃO NORDESTE	13
3 CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DE ARAÇAGI-PB E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	17
3.1 O MÉTODO E A METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AS CONTRIBUIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB.....	20
4.2 SUSTENTABILIDADE LOCAL E IMPACTOS ECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE EM ARAÇAGI-PB.....	24
4.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E BENEFÍCIOS NUTRICIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ARAÇAGI-PB.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXOS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar (AF) vem sendo estudada e relacionada como uma atividade econômica indispensável às sociedades humanas e, ao mesmo tempo, uma atividade que opera significativamente para a transformação do ambiente em que se desenvolve. Tem como objetivo central a produção agrícola voltada para a subsistência do agricultor e da sua família. Para Oliveira (2007), a agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela manutenção do agricultor no campo e, por conseguinte, a diminuição do êxodo rural, justamente por sua maior capacidade gerencial, pela sua flexibilidade e, sobretudo, por sua maior aptidão para a diversificação das culturas.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2018, p. 10), “a agricultura familiar pode ser definida como um modo de produção agrícola, silvicultura, pesca, pecuária e aquicultura que administra e opera para uma família e que depende predominantemente de trabalho familiar, incluindo homens e mulheres.” Assim, é perceptível a importância da agricultura familiar, possibilitando a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais, podendo ser definido como uma forma de vida.

Levando em consideração os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o seu objetivo dois (02) apresenta como prioridade: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.” Objetivando assim, combater a fome, garantir o acesso durante todo o ano a alimentos seguros e nutritivos para todos, duplicar os rendimentos agrícolas e os rendimentos dos pequenos produtores de alimentos, preservar a diversidade genética das sementes e promover a equidade que beneficia as pessoas através de acordo de Cooperação Internacional (ONU, 2016).

No âmbito federal, existem diversas políticas públicas voltadas para a agricultura de subsistência. Segundo Brasil (2018), as principais políticas são: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar (PAA); e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerado um dos maiores projetos alimentares do governo brasileiro e que será o foco central de nosso estudo.

Desse modo, torna-se possível a participação dos agricultores familiares no PNAE, em consonância com a Lei 11.947/2009, que determina a seguinte condição: no mínimo, 30%

dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassados aos estados, municípios e Distrito Federal, devem ser destinados para compra da merenda escolar, sendo que estes alimentos devem ser oriundos da agricultura familiar local (Brasil, 2009).

A citada lei, em seu art. 14, se refere ao valor mínimo que deve ser destinado na compra de merenda escolar e identifica de quem devem ser comprados tais alimentos:

Art. 14, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural familiar ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (Brasil. Lei nº 11.947, de 11 de junho de junho de 2009. Artigo. 14).

Para que os agricultores possam usufruir dos direitos garantidos por essa política pública, é necessária a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DA) - documento de identificação que permite o seu acesso às políticas públicas, sendo eles organizados em grupos formais como Associações e Cooperativas (DAP jurídica) ou informais (DAP pessoa física). Outro fator de grande relevância referente à aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar é a importância dada à questão nutricional e o respeito aos hábitos alimentares de cada região (Andrade, 2006).

Sendo assim, a AF se tornou importante em grande parte do país, visto que é através dela que o ser humano e, mais especificamente falando, o pequeno agricultor, por meio do cultivo de vários produtos agrícolas em pequenas propriedades rurais, destina a produção ao consumo doméstico. Isso quer dizer que este aspecto da agricultura de subsistência cria e recria, de modo abrangente, a sua produção como um todo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil ou 3,9 milhões de propriedades são classificadas como da agricultura familiar e correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos rurais do país (IBGE, 2017).

De acordo com Albuquerque (2008), a AF é fundamental para a economia do Nordeste e para sua sustentabilidade. No estado da Paraíba, entre os municípios que sobrevivem por meio da AF, Araçagi é identificado por apresentá-la predominantemente, levando em consideração que a economia do município tem sua base no setor primário.

Desse modo, a motivação para a pesquisa surgiu mediante a necessidade de estudar, com mais detalhes, a importância desse segmento dentro do PNAE, presente nas escolas municipais de Araçagi-PB, bem como as suas contribuições para o desenvolvimento de

políticas públicas essenciais para a garantia da segurança alimentar. Consiste em enfatizar as atividades rurais agrícolas que tem sido um importante impulsionador para o fortalecimento da economia municipal, além de ser um método favorável na diminuição da pobreza em pequenas comunidades. Este tema tem proporcionado diversas reflexões nos últimos anos, desde o seu surgimento, alimentando debates em eventos de literatura científica da ciência social e humana, resultantes de pesquisas acadêmicas sobre a ruralidade familiar da agricultura brasileira.

Nessa direção, a referida pesquisa visa compreender a importância da agricultura familiar dentro do PNAE em Araçagi-PB e as suas contribuições para a sustentabilidade local e a segurança alimentar da população. Objetiva entender as especificidades que abrangem o PNAE, tais como; compreender a agricultura de subsistência do município citado, assim como averiguar a sua relação com o PNAE, de igual modo, destacar possibilidades dessa agricultura alimentar para a sustentabilidade local para a garantia da segurança alimentar da população.

Diante disso, levantamos algumas indagações para nortear esta pesquisa: Como a agricultura de subsistência se relaciona com a política pública do PNAE? Quais os benefícios econômicos, sociais e de produção que o PNAE proporciona para às famílias de agricultores participantes do programa? Quais os principais desafios encontrados pelos agricultores rurais no quesito da sustentabilidade? Como as políticas públicas favorecem a segurança alimentar?

Nesse sentido, faz-se necessário refletir e ressignificar a importância da AF através de políticas públicas eficazes, como o PNAE. Tais políticas não apenas oferecem oportunidades econômicas para os agricultores rurais, mas também promovem a inclusão social e a valorização dos produtos locais. No município de Araçagi-PB, a implementação dessas políticas representa um desafio crucial, que deve ser abordado como uma proposta para fortalecer a sustentabilidade e garantir a segurança alimentar. Além disso, é imperativo entender os desafios específicos que os agricultores enfrentam no cenário atual, como a falta de acesso a tecnologias sustentáveis, recursos financeiros limitados e a necessidade de capacitação técnica. Dessa forma, compreender e superar esses desafios é crucial para garantir o sucesso e a integração da AF no desenvolvimento local e regional.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução contextualizando o tema, os objetivos e a relevância deste estudo. Em seguida, os próximos capítulos, darão continuidade a esta temática. O segundo capítulo discute a fome no mundo e o direito humano à alimentação, abordando o histórico da fome, a soberania alimentar como um objetivo do desenvolvimento sustentável e as políticas de combate à fome

no Brasil, com um foco especial na região Nordeste. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos, incluindo a caracterização geográfica e socioeconômica do município de Araçagi/PB, além dos métodos aplicados nesta pesquisa. No quarto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados, com ênfase no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as contribuições da Agricultura Familiar em Araçagi-PB, abordando aspectos de sustentabilidade local, impactos econômicos e benefícios nutricionais. Finalmente, o quinto capítulo reúne as considerações finais, onde são sintetizadas as principais conclusões do estudo e apresentadas sugestões para futuras pesquisas.

2 BREVE REVISÃO ACERCA DA FOME NO MUNDO E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

Este capítulo apresenta os principais conceitos e contribuições da literatura, referentes à fome e às práticas da AF. Esses tópicos são fundamentais para embasar o desenvolvimento do estudo proposto e para sustentar a análise dos resultados obtidos em campo. Para construir uma revisão da literatura alinhada ao problema de pesquisa, este capítulo está estruturado em três subseções: A primeira explora a fome no mundo e o direito à alimentação; a segunda revisa o histórico da fome em diferentes contextos; a terceira aborda os conceitos de Soberania Alimentar e os ODS; e a quarta analisa as políticas públicas de combate à fome, com enfoque na região Nordeste do Brasil.

Desde o surgimento da humanidade, a garantia pelo alimento para suprir as necessidades diárias tem sido o centro das preocupações da sociedade. De uma maneira geral, pode-se dizer que, através da história, grande parte do esforço físico e mental do "*homo sapiens*" foi dedicada a garantir o seu alimento, o "pão de cada dia". E ainda assim, com maior a menor intensidade em termos de tempo e espaço, o pesadelo da fome pairou sobre a população mundial (Turra, 2012).

O Brasil é um país que lida com a fome a muitos anos, e devido a isso, desenvolveu alguns programas para garantir o direito de acesso à alimentação adequada de todos os brasileiros. Um exemplo é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que garante que todos devem possuir alimentação adequada em quantidade e qualidade sem comprometer o acesso a outros bens de consumo (CONSEA, 2006).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é compreendida como:

[...] o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (II Conferência Nacional de SAN, 2004; LOSAN, 2006).

Em outras palavras, esse direito humano à alimentação é assegurado também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. XXV-1:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança,

em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” (ONU, 1948).

Por outro lado, o Brasil demorou 25 anos (1990 até 2014) para reduzir os índices de pessoas em extrema pobreza e sair do Mapa da Fome da FAO (Brasil, 2010), nesse sentido, a comida pode estar disponível para compra nos mercados, mas parte da população não teria condições econômicas de adquirir alimentos no volume adequado e com a qualidade necessária para atender suas demandas nutricionais.

No Mapa da Fome publicado em 2014, houve uma diminuição significativa no percentual de pessoas em situação de fome, sendo uma das nações que mais investiram em ações de Segurança Alimentar e Nutricional, o que reforçou o compromisso de combater à fome do Estado Brasileiro (FAO, 2014). Esse enfreamento da fome consistiu em programas como o Fome Zero, que se tornou o eixo condutor das ações da área e teve como destaque o Programa Bolsa Família, uma política nacional de segurança alimentar nutricional (SAN), que consiste em reforma agrária, emprego, transferência de renda, ações locais de combate à pobreza e a fome (Aranha, 2010).

Contrariamente, 04 anos depois dessa evolução, em 2018, segundo dados do IBGE (2019), o Brasil já enfrentava restrições de acesso a alimentos, com 13 milhões de pessoas em pobreza extrema (6,5% da população). Percebe-se assim, que a disponibilidade, acesso e qualidade de alimentos é problema que requer atenção urgente e ocorre de maneira desigual entre as regiões, destacando-se as regiões Norte e Nordeste, que estão abaixo da média nacional com relação aos domicílios que possuem segurança alimentar.

É importante mencionar que essa desigualdade já havia aparecido em outras pesquisas, nos anos de 2004, 2009 e 2013. Dos 3,1 milhões de domicílios com insegurança grave no país, 1,3 milhão estavam no Nordeste, o que equivale a 7,1% dos lares. A insegurança medida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares- POF revelou violações ao direito humano à alimentação adequada em seu sentido amplo, desde sua dimensão relacionada à qualidade da alimentação até àquela que diz respeito ao direito de viver livre da fome. (IBGE, 2020),

Essa insegurança alimentar (IA) pode ser classificada em três graus: leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos futuramente ou qualidade e quantidade inadequada; moderada, quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; e por último IA grave, quando houver redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos

entre todos os moradores, incluindo as crianças, nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (Brasil, 2010).

Com o agravamento dos impactos causados pela pandemia do Covid-19 no ano de 2020, as crises econômicas no país aumentaram à medida que aconteceu o isolamento social, afetando todas as atividades presenciais. Como resultado, o desemprego aumentou e milhões de brasileiros perderam seus empregos ou tiveram suas rendas drasticamente reduzidas, assim como também aumentou a inflação no preço dos alimentos, tornando-os menos acessíveis para as famílias de baixa renda. Cruz (2021) acredita que a má gestão da pandemia ocorrida no Brasil agravou o cenário no país no que diz respeito à questão da fome, tendo em vista que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA foi extinto no início de 2019, antes do impacto completo da pandemia do Covid-19 no Brasil. Este fato marcou, não apenas a desestruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, mas também o veto do governo à participação social para a segurança alimentar e nutricional, intensificando a falta de coordenação das políticas públicas, entre os diferentes.

Para Torres (2022), com essa volta do Brasil ao Mapa da Fome da FAO 2022, levando em consideração os impactos da pandemia da Covid-19, é importante analisar o cenário econômico do país e os dados indiretos que ocasionaram esse resultado, como pobreza, mercado de trabalho, renda e inflação, a fim de aprimorar as políticas públicas já existentes e conseguir reverter a situação atual.

No mais recente “Mapa da Fome”, apresentado em julho de 2024 pela ONU, por meio do Relatório SOFI (Estado da Insegurança Alimentar Mundial), os dados revelaram uma diminuição notável acerca da insegurança alimentar severa no Brasil, reduzindo de 8% para 1,2% da população entre 2022 e 2023. Isso indica que, aproximadamente 14,7 milhões de indivíduos saíram da condição de fome extrema no país, evidenciando avanços significativos no enfrentamento da fome e na otimização da segurança alimentar no Brasil (Brasil, 2024).

2.1 A SOBERANIA ALIMENTAR ENQUANTO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O trabalho do epidemiologista Josué de Castro no combate à fome foi marcante, no seu livro intitulado Geografia da Fome (Castro, 1967), escrito há mais de cinquenta anos e um marco fundamental para analisar a evolução deste tema no Brasil. A obra demonstrou que a fome é uma manifestação biológica de um problema social, cujas causas só podem ser

elucidadas com base no conhecimento detalhado, tanto da organização social e técnica da produção alimentar como das possibilidades e limites proporcionados pelo ambiente natural para a sua produção (Abramovay, 1996).

Nesse quesito percebe-se a importância da relação entre a sustentabilidade e soberania alimentar, termos que são interligados no quesito de assegurar a segurança e a qualidade de vida da população. Na visão de Araújo (2008 p.23), a sustentabilidade é definida como a “[...] capacidade de sustentar e isso incorpora duas condições dentro do conceito de sustentabilidade: uma capacidade natural de dar suporte e sustentar, ambas relativas ao conceito de durabilidade”.

Almeida (2009) reforça que a sustentabilidade reflete a possibilidade de desfrutar boa qualidade de vida sem danificar ou alterar os ecossistemas, isto é, dentro do aspecto da resiliência. Além disso, Aligleri (2011) relaciona sustentabilidade com um paradigma que possibilita continuidade da vida, assegurando a manutenção da civilização humana ao longo das gerações e a define como a harmonização da eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica, implicando a compatibilização dos modelos de produção e gestão das instituições sociais com o sistema de organização e conservação da natureza.

A soberania alimentar é definida como:

“[...] o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001).

Conceitualmente, a Soberania Alimentar é o direito dos povos de escolherem como organizarão a produção e distribuição dos alimentos, numa estreita relação com temas como a democratização do acesso à terra, modelos produtivos sustentáveis e pequena produção, cabendo citar como exemplo a agricultura familiar (De Vargas, 2013).

Essa Soberania Alimentar pretende construir um novo paradigma agroalimentar baseado na implementação do direito à alimentação, no acesso dos camponeses aos recursos, numa produção sustentável e na prioridade aos mercados e circuitos de comercialização locais. Propõe resolver o problema da escassez de alimentos. É uma ferramenta metodológica para analisar e

compreender vários fenômenos complexos e uma estratégia para abordar os problemas da agricultura mundial e da fome no início do séc. XXI (Guimarães, 2008, p.4).

Adicionalmente, ao longo dos últimos anos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) afluíram como uma proposta de alcance global, impulsionada principalmente pela ONU, o relatório final da Agenda 2030 apresenta 17 Objetivos de ODS e 169 metas estabelecidas globalmente, com o objetivo de cumpri-las até o ano de 2030. Apresenta como principal objetivo erradicar a fome, a pobreza, promover a paz e a prosperidade para todos os indivíduos em todas as nações, a partir de três dimensões de desenvolvimento: Ambiental, Social e Econômico (ONU, 2015).

Neste contexto, o segundo objetivo, denominado Fome Zero e Agricultura Sustentável, se concentra na questão alimentar, visando “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015, p. "20"). Este objetivo dá ênfase à produção local e camponesa, essencial para eliminar a fome e garantir a segurança alimentar. Além disso, a soberania alimentar está ligada ao ODS-10, que trata da diminuição das desigualdades. A agenda global propõe que, para reduzir disparidades entre países e dentro deles, a implementação de políticas de proteção social é um mecanismo vital. Isso favorece a inclusão social e econômica de pequenos agricultores e comunidades indígenas, que frequentemente são marginalizados nos sistemas alimentares globais. Portanto, além de garantir o acesso aos alimentos, é fundamental assegurar a soberania sobre a produção, pois o direito de produzir alimentos é o que confere ao povo o controle sobre suas condições de vida.

Por último, mas não menos relevante, a soberania alimentar está interligada aos ODS de número 12, que tem como objetivo garantir práticas de consumo e produção sustentáveis. Esse objetivo questiona o modelo de produção em massa e a exportação, incentivando a produção direcionada para o mercado interno (Relatório Global sobre o Progresso dos ODS, 2023). A produção de alimentos em pequenos nichos e localmente reduz a emissão de carbono e o desperdício de alimentos, contribuindo para a sustentabilidade nas esferas de consumo e produção.

Na visão de Stédile e Carvalho, (2010, p. 11), a soberania alimentar transcende os limites de um conceito, consistindo em um princípio e ética de vida. Entretanto, demanda-se, para além de políticas de reforma agrária, a oferta de subsídios governamentais aos pequenos agricultores e à agricultura familiar, possibilitando que estes trabalhadores tenham a

oportunidade de se reproduzirem enquanto tal, tendo resguardados seus hábitos culturais e diversidade ambiental (Zaar, 2015, p. 33).

Nota-se que, a partir dessa relação entre os dois termos mencionados, a sustentabilidade e a soberania alimentar, a alimentação passa a ser enxergada de uma forma mais ampla, observando como as escolhas alimentares podem impactar ou favorecer o ambiente, para garantir que o alimento, além de suprir necessidades nutricionais, também garanta que a sua produção não será prejudicial e que também seja acessível para toda a humanidade, em quantidade e qualidade (Fian Brasil, 2020).

2.2 IMPACTOS DA FOME NO MUNDO E POLÍTICAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL: UM ENFOQUE NA REGIÃO NORDESTE

A fome, ao longo da história, tem sido um fenômeno recorrente e devastador e, embora indesejável e temida, constitui-se como uma velha companheira da humanidade. Em todos os lugares, no passado mais distante, a fome geralmente esteve vinculada à ausência ou à escassez de alimentos. Muitas vezes possuía um gatilho—anos ruins de secas, inundações, pestes ou guerras. Todas estas situações costumam provocar, até hoje, a desorganização temporária da economia e da vida social, desembocando em crises de fome, resultado de desigualdades estruturais e da má distribuição de recursos (Martins, 2023).

Na Idade Média, a Grande Fome de 1315-1317 resultou em uma série de invernos anormalmente frios e verões chuvosos, que causaram uma sucessão catastrófica de colheitas fracassadas em toda a Europa do Norte, especialmente em épocas de colheitas ruins ou durante prolongadas guerras. Em Londres, o impacto da fome pode ser monitorado através dos registros dos preços do trigo, que atingiram níveis sem precedentes em julho de 1315, caíram novamente após a colheita e depois subiram ao seu nível mais alto entre abril e julho de 1316. Durante esse período, a fome foi exacerbada por fatores como a má gestão agrícola, a desigualdade na posse de terras e a falta de infraestrutura para armazenar e distribuir alimentos adequadamente (Antoine, Hillson, 2012).

Com o advento da era moderna e a expansão do capitalismo global, a fome começou a assumir novas formas, muitas vezes ligadas à exploração colonial e à produção de alimentos voltada para a exportação. O século XIX foi marcado por um conjunto devastador de fomes em massa e crises de subsistências, das quais se destacam as ocorridas na Irlanda (1845-1849) e na Índia (1897) (Queiroz, Ana, Isabel *et al*, 2022).

Cormac O'Gráda relata a vulnerabilidade da Irlanda durante a crise da batata, conhecida como a Grande Fome Irlandesa, ocorrida entre 1845 a 1850.

“Enquanto a batata não faltou, era boa comida, muito monótona, mas nutritiva. Antes da fome, os irlandeses tinham muito pouco; maus alojamentos, roupas rasgadas, andavam descalços, e muitos eram analfabetos. Mas, em termos de calorias, enquanto a batata não faltasse.” (Silva e Queiroz, 2020 p. 209).

Durante o século XX a questão da fome permaneceu presente para milhões de pessoas, porém sob diferentes circunstâncias. Um exemplo marcante foi a crise alimentar na China entre 1959 e 1961, período em que a produção agrícola sofreu uma queda significativa. As altas compras do governo nas zonas rurais, somadas a problemas climáticos, infestações de pragas e o deslocamento dos agricultores para a indústria do ferro e do aço, foram os principais fatores que causaram a fome durante o Grande Salto para Frente (1958 a 1962), resultando em altas taxas de mortalidade. Já em 1961, a escassez de alimentos na China se agravou, afetando também o comércio internacional de grãos com um aumento nas importações e uma redução nas exportações durante o Grande Salto Adiante. Por sua vez, a situação de fome na Etiópia durante a década de 1980 expõe como decisões políticas equivocadas e uma má gestão podem ter efeitos devastadores para as populações (Bispo, Martins, Cechin, 2023).

Atualmente, a fome é comumente associada à insegurança alimentar, situação na qual milhões de indivíduos globalmente sofrem sem acesso regular a alimentos saudáveis. Mesmo com o progresso tecnológico e a expansão na produção alimentar mundial, aproximadamente em 2023, cerca de 733 milhões de pessoas passavam fome no mundo, o que equivale a uma em cada 11 pessoas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2023). Sendo frequentemente identificada como um problema de desigualdade, a questão não reside na falta absoluta de alimentos, mas na sua distribuição desequilibrada, intensificada por conflitos, alterações climáticas e crises financeiras.

A política de combate à fome no Brasil é um problema central para a formulação de políticas públicas, especialmente na região Nordeste, onde a vulnerabilidade socioeconômica é mais acentuada, sendo um processo de grande luta e resistência. Para Grisa e Schneider (2015), cada um a seu modo, estão engajados no combate à fome e na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constituindo-se em atores estratégicos na construção de uma nova geração de políticas públicas no país (Grisa e Schneider, 2015).

A fome no Brasil sempre foi um problema estrutural, intimamente relacionado à distribuição desigual de renda e ao desenvolvimento desigual entre as regiões. O Brasil é, historicamente, caracterizado por altos níveis de desigualdade de renda e pobreza, especificamente, do ponto de vista regional. A região Nordeste, apesar da sua riqueza, a desigualdade econômica é uma de suas características mais marcantes. Dados do IBGE afirmam que, em 2022, 51% da população nordestina vivia na pobreza (De Araújo, 2024).

O primeiro passo em busca da soberania alimentar foi dado durante o governo neoliberal, entre os anos 1985-2002, durante o regime pós-militar (Garcia, 2024). Neste período a AF recebeu maior apoio, a partir do desenvolvimento do PRONAF, e da criação, sugerida pelo CONSEA, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, responsável por ligar a AF aos programas de distribuição de alimentos (Nascimento, 2012).

A partir do ano de 2003, quando o governo progressista de Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, o Brasil tem se concentrado, mais intensamente, em respostas importantes à fome e em empregos melhores e mais produtivos. O projeto Fome Zero foi criado, em torno do encontro dos principais atores e forças sociais e do conhecimento e acúmulo de conhecimento a partir das experiências dos conflitos anteriores das populações oprimidas, que é reduzido pelo governo sob o comando do pessoas crioulas, em particular.

O Programa Bolsa Família (PBF) implementado em 2004 é consagrado como sendo o maior programa de transferência de renda do Brasil e possui centralidade no Sistema de Proteção Social. O citado programa é protegido pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e por regulamentos posteriores, destacando-se como um dos principais programas de complementação de renda para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (Lindert, Linder, Hobbs, Brière, 2007).

Conforme os autores supracitados, a fusão dos benefícios oferecidos por programas anteriores como a) Bolsa Escola, b) Bolsa Alimentação, c) Auxílio Gás e d) Cartão Alimentação, resultou na criação do Cadastro Único (CadÚnico), no qual são registradas as informações das famílias brasileiras para orientar a elaboração e execução de políticas públicas. Além disso, a assistência financeira está condicionada à realização de atividades sociais que promovam um melhor acesso a serviços de saúde, educação e assistência social.

Neste contexto, a maior concentração de beneficiados do CadÚnico está na região Nordeste, com mais de 35% dos benefícios de todo o país (IBGE, 2023). Tal condição permitiu, por mais que ainda incipiente, a diminuição da desigualdade existente nesta região em relação às demais, devido ao seu passado de exclusão social e vulnerabilidade climática.

A crise econômica e a pandemia de Covid-19 no ano de 2020 agravaram ainda mais a situação de escassez de alimentos no Brasil, impactando, de forma mais intensa, o cenário nordestino. Nesse contexto, foi criado o Auxílio Emergencial, pela Lei nº 12.982, sancionada em 2 de abril de 2020. Tal auxílio visou atender às demandas do momento, onde os nove estados nordestinos continuavam concentrando o maior número de pessoas contempladas (46,14% do total do país). O benefício médio na região é de R\$ 610,39 (Brasil, 2020).

Ainda, imergido por essas consequências, o PBF foi encerrado em 2021 e, no mesmo ano, foi instituído o Auxílio Brasil, por meio da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. A extinção do PBF foi realizada em um contexto socioeconômico de agravamento das desigualdades sociais, em decorrência das medidas de isolamento social (Sousa, Costa, Pereira *et al*, 2021). Mas em 2023, o PBF foi reativando, sendo reestruturado, resgatando o princípio de valorização da composição familiar, através da Medida Provisória 1.164/2023, que se transformou na Lei 14.601/2023. A reativação do PBF ficou sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome (MDS), visando devolver dignidade às famílias necessitadas da assistência estatal, incluindo benefícios nas áreas da saúde e educação (Brasil, 2023).

Deste modo, um dos pilares das políticas de combate à fome no Brasil é a promoção da agricultura familiar, que é responsável por uma grande parte dos alimentos consumidos no país. Segundo o, IBGE no ano de 2016, a região Nordeste abrigava a maior quantidade de agricultores de base familiar do Brasil, representando mais da metade dos 4,4 milhões de negócios familiares existentes no país (Confederação Nacional de Municípios, 2016).

Apesar do Brasil ter alcançado progressos significativos na diminuição da fome, os obstáculos persistem, particularmente, em meio às alterações climáticas e crises econômicas. Milhões de indivíduos vivem da renda e da produção gerada pelos cerca de 1,8 milhão de estabelecimentos agrícolas e pecuários da região Nordeste. Várias dessas famílias ainda permanecem e exercem atividades de agricultura de subsistência sob baixa condição financeira e adversidades de clima e solo, sendo imprescindível obter sucesso mínimo em tais atividades, para afastar o espectro da fome. Dessa forma, o combate à fome no Brasil ainda continua sendo uma das estratégias mais necessárias, especificamente, na região nordeste.

3 CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA DE ARAÇAGI-PB E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Araçagi surgiu em meados do século XVIII, quando a região servia de pousada para os mercadores e tangedores de gado que praticavam o comércio entre Mamanguape (antiga Monte-Mor), Mari e os sertões da então província da Paraíba. Alguns desses mercadores estabeleceram relações de amizade com os índios Guandus e se instalaram em um lugar chamado por Rio dos Araçás.

A tradição oral conta que um português conhecido como Manoel estabeleceu-se em um lugar denominado de Tainha e casou-se com uma mestiça de nome Francisca, conhecida como Dona Chiquinha. O casal teve filhos e deu origem a várias gerações. Presume-se que foi Manoel o doador de uma propriedade situada no povoado Rio dos Araçás. Naquele local, surgiu Araçagi. A palavra é tupi e significa "água de araçá", pela junção de ara'sá ("araçá") e'y ("água"), numa alusão à grande qualidade dessa planta frutífera que se multiplicava, abundantemente, às margens do rio (IBGE, 2010).

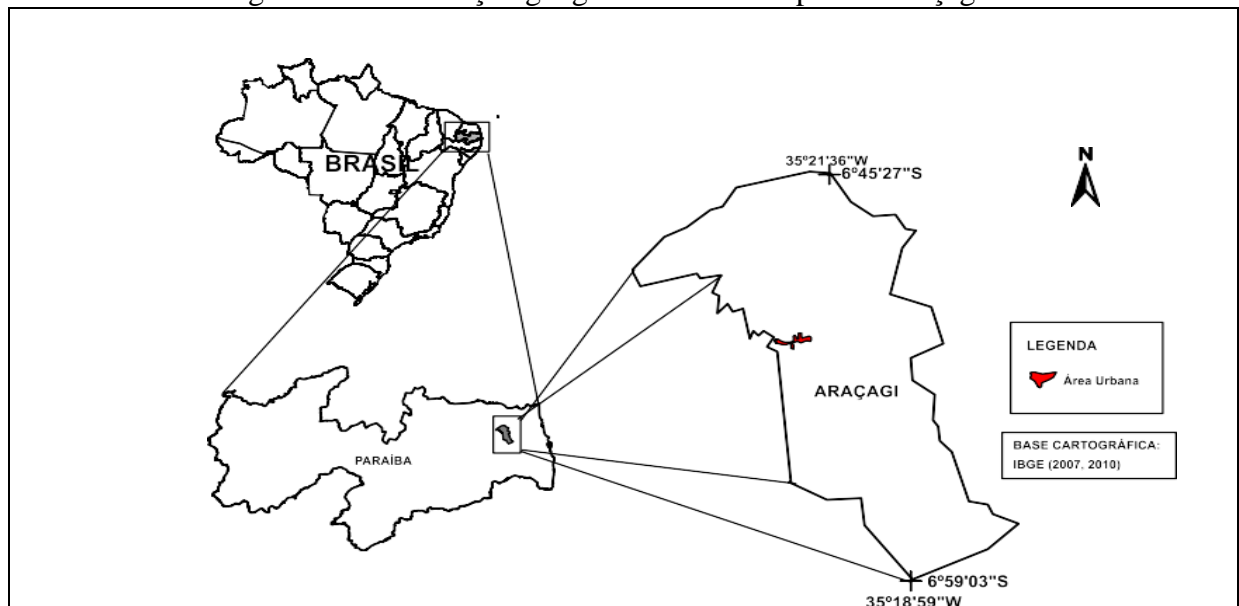
Em 1870, quando a família Melo chegou ao citado povoado, o Padre Raulino Ricardo e alguns trabalhadores edificaram a primeira casa e o templo. Estava, assim, iniciada a formação do núcleo, um dos mais importantes que integravam o município de Guarabira. Foi o Padre Francelino Coelho Viana que conseguiu melhores recursos e construiu a capela. A emancipação política foi conseguida graças aos esforços de três homens: João Pessoa de Brito, João Felix da Silva e Olívio Câmara Maroja. A emancipação de Araçagi foi obtida graças à Lei Estadual 2.147, de 22 de julho de 1959, ocorrendo a instalação oficial do município no dia 24 de dezembro do mesmo ano (IBGE, 2010).

Araçagi está localizado na região imediata de Guarabira e a 90 km de João Pessoa capital da Paraíba, na altitude aproximada de 57 metros e com área territorial de 232,177 Km² (Figura 01). Limita-se ao norte, com os municípios de Duas Estradas, Sertãozinho e Curral de Cima; ao sul, com Mulungu, Mari, Sapé e Capim; à leste, com Cuité, Mamanguape Itapororoca; e a oeste, com Guarabira e Pirpirituba.

Conforme a CPRM, (2005), Araçagi pertence à unidade Geoambiental da depressão sublitorânea, frente oriental do Planalto da Borborema, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertente dissecadas, solos propícios à agricultura familiar e comercial, além da atividade pecuária. Apresenta clima tropical quente e úmido, com chuvas de

outono/inverno sendo uma estação seca e outra chuvosa, com chuvas distribuídas entre os meses de março a junho. Está inserido na Bacia Hidrográfica do rio Mamanguape e a vegetação predominante mostra o caráter de transição, com espécies xerófilas. Sua economia, vem principalmente da agricultura e se destaca na produção do abacaxi ocupando o terceiro lugar no estado da Paraíba, com uma área de mais de três mil hectares destinadas para o cultivo do abacaxi produzindo cerca de 30 mil frutos por hectare (IBGE, 2018).

Figura 01: Localização geográfica do município de Araçagi-PB



FONTE: Ramon Santos Souza, 2012

O Censo realizado pelo IBGE em 2022, afirma que população de Araçagi era de 16.646 habitantes, tendo uma redução em sua população em relação ao censo anterior, que era 17.224 habitantes (IBGE, 2022). A sua população apresenta uma divisão social e econômica que pode ser observada por meio de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com última atualização em 2010. Seu IDH de 0,549, é relativamente baixo, reflete desafios na qualidade de vida local. Uma parte significativa da população depende da agricultura como principal fonte de renda, o que evidencia uma economia predominantemente rural e vulnerável. Além disso, o índice de analfabetismo é elevado, o que impacta diretamente no desenvolvimento social e limita o acesso a melhores oportunidades econômicas para os habitantes da região (IBGE, 2022).

No que diz respeito à taxa de pobreza em Araçagi, os dados de 2003 fornecidos pelo IBGE revelam uma incidência significativa, com uma variação entre 43,84% e 67,19%. A pobreza subjetiva, que avalia como as pessoas enxergam suas próprias circunstâncias, está em

níveis elevados, oscilando entre 57,25% e 75,54%. O índice de Gini, que avalia a disparidade de renda, situa-se em 0,38, apontando para uma distribuição desigual de renda na região. Estes números ilustram um cenário socioeconômico desafiador, no qual uma considerável parcela da população encara restrições econômicas e sociais significativas (IBGE, 2022).

3.1 O MÉTODO E A METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de levantamentos de dados em livros, artigos, entre outros trabalhos, como teses e monografias. De acordo com Paiva (2019, p. 59), “tem por objetivo contextualizar uma pesquisa e mostrar o que já existe sobre o objeto investigado”. Para isso, o estudo, foi realizado no município de Araçagi-PB que faz parte da região de Guarabira-PB.

Esta pesquisa é de cunho exploratório, com abordagem quali-quantitativa, que segundo Gil (2009), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses sendo conduzida através de entrevistas orais, definidas por Minayo (2010) como instrumento crucial para entender a visão dos participantes, suas práticas e conhecimentos locais.

As entrevistas (dispostas em anexo) foram realizadas com 04 agricultores que participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Araçagi-PB, juntamente com a Secretária da Agricultura da referida cidade. Também foi necessário entrevistar o Comprador da prefeitura para fiscal. Tais entrevistas aconteceram na sede do Sindicato Rural dos Agricultores de Araçagi e na Secretaria de Educação. Esse método de coleta de dados permitiu entender as práticas agrícolas, bem como as perspectivas e desafios que os agricultores locais enfrentam na sua interação com o PNAE, proporcionando flexibilidade na elaboração das perguntas e estimulando o entrevistado a ponderar sobre tópicos específicos, sem restringir suas respostas (Triviños (1987).

As entrevistas foram conduzidas de acordo com as normas éticas definidas pela Resolução no 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Tal resolução orienta que as investigações nas Ciências Humanas e Sociais devem assegurar a confidencialidade dos dados recolhidos, garantindo que as informações obtidas não interfiram na relação dos agricultores com o PNAE, mantendo sua privacidade e direitos preservados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Busca-se abordar acerca dos resultados e discussão à respeito da pesquisa de campo realizada com os agricultores da AF vinculados ao PNAE, a Secretária de Agricultura e o Comprador da prefeitura para fiscal, no município de Araçagi-PB. Os resultados obtidos revelam importantes aspectos relacionados à Segurança Alimentar.

Neste capítulo serão explorados três tópicos que ilustram a relevância da AF para o desenvolvimento local e a segurança alimentar. O primeiro tópico aborda a contribuição da AF para o PNAE, analisando como as práticas agrícolas locais podem fortalecer a oferta de alimentos saudáveis nas escolas. Em seguida, discutiremos a sustentabilidade local e os impactos econômicos da AF, enfatizando a importância das práticas sustentáveis para a geração de renda e a preservação ambiental. Por fim, abordaremos a segurança alimentar e os benefícios nutricionais proporcionados pela AF, destacando como essa forma de produção contribui para o acesso a alimentos diversificados e nutritivos, essenciais para a saúde da população. Esses temas interligados evidenciam a importância da AF no fortalecimento das comunidades locais e na promoção do bem-estar social.

4.1 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AS CONTRIBUIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (AF) NO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB

A AF exerce uma função primordial na produção de alimentos em escala reduzida, constituindo uma atividade vital para a economia local de Araçagi. Nesse contexto, o PNAE emerge como uma significativa política pública, voltada para a promoção da inclusão dos agricultores familiares na venda de alimentos. O município em estudo dispõe de uma rede de ensino com 21 escolas municipais assim distribuídas: 14 na Zona Rural e 07 na Zona Urbana, todas atendidas pelo PNAE. Visando atender a demanda da alimentação escolar, o citado programa tem como objetivo oferecer suporte financeiro adicional aos estados e municípios brasileiros, visando garantir uma refeição diária a cada aluno matriculado em escolas públicas ou filantrópicas (Ferreira, Alves, Mello, 2019).

Atualmente, Araçagi conta com cinco fornecedores de alimentos da Agricultura Familiar (AF), dos quais quatro participaram da entrevista. Os agricultores entrevistados possuem idades entre 42 e 55 anos e trazem uma diversidade de experiências agrícolas,

acumuladas ao longo dos anos (Tabela 01). Cada agricultor possui uma propriedade com área e capacidade de produção variadas, fornecendo diferentes quantidades de alimentos ao PNAE, o que contribui com valores significativos para a economia local. Esse perfil de produtor rural também foi descrito no estudo de (Santos, Santos, Perin, 2020) em estudo realizado com produtores orgânicos de Sergipe, foi revelado que a maioria dos participantes era de diferentes faixas etárias, constituindo uma população ativa na AF, que é uma importante fonte de subsistência.

Tabela 01: Faixa etária dos agricultores entrevistados em Araçagi-PB

ENTREVISTADOS	FAIXA ETÁRIA
A	48 anos
B	50 anos
C	42 anos
D	55 anos

Fonte: Dados da autora, 2024.

Essa faixa etária indica que os agricultores, além de possuírem conhecimento das práticas agrícolas, também enfrentam desafios contemporâneos no quesito de busca de inovações em suas atividades. Dessa forma, a vivência acumulada por esses agricultores é um elemento essencial para compreender as dinâmicas da agricultura familiar na região e sua contribuição para o desenvolvimento local. (Pereira, Souza, Cunha, 2020), em seu estudo ressaltam que a faixa etária e o nível de escolaridade dos produtores são considerados fatores fundamentais na tomada de decisões e na implementação de novas tecnologias agrícolas na propriedade.

No município em questão, a AF é amplamente definida pela produção de alimentos essenciais, incluindo frutas e tubérculos. Os agricultores foram questionados acerca de “Quais produtos agrícolas você fornece para o PNAE? Liste todos.” Os mesmos responderam que a produção voltada para a alimentação escolar, inclui abacaxi, banana, macaxeira e batata-doce (Tabela 02), todos cultivados de forma tradicional. Conforme dados do IBGE, em 2020, Araçagi se destaca como uma das grandes produtoras de abacaxi da região, com 60 milhões de produção do abacaxi, assim como mantém sua atividade econômica principalmente concentrada na agricultura e agropecuária (IBGE, 2020).

Tabela 02: Produção agrícola dos agricultores vinculados ao PNAE, em Araçagi-PB.

ENTREVISTADO	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	ÁREA DA PRODUÇÃO
A	Abacaxi	60000 m ²
B	Banana	30000 m ²
C	Macaxeira	-
D	Batata-doce	10000 m ²

Fonte: Dados da autora, 2024.

Esses produtos agrícolas, além de alguns serem de fácil adaptação às condições climáticas locais, possuem um valor nutricional relevante e atendem aos requisitos de qualidade e variedade demandados pelo PNAE, garantindo alimentos in natura e diversificados aos estudantes. A diversidade e qualidade desses itens são ilustradas na (Figura 02) e (Figura 03), que destacam a contribuição da Agricultura Familiar local para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da região.

Figura 02: Produção agrícola de banana em Araçagi-PB destacando o cultivo da Agricultura Familiar.



Figura 03: Produção agrícola de abacaxi em Araçagi-PB evidenciando a posição de destaque do município.



Fonte: Dados da autora, 2024.

Solicitamos aos entrevistados que descrevessem o processo de cadastramento e participação no PNAE. Os entrevistados apontaram que, para serem vinculados ao PNAE, tiveram que fazer a renovação da Declaração de Aptidão (DAP), para serem cadastrados, na responsabilidade da Secretaria de Educação. Os entrevistados estão vinculados há mais de 04 anos e um deles detalhou que fornece produtos agrícolas desde o ano de 2012.

Na regulamentação do PNAE, para ter acesso, o agricultor familiar deve dirigir-se a uma organização ou entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) utilizada como meio de identificação que permite ao agricultor familiar o acesso às políticas públicas. Além disso, existem procedimentos específicos para a execução do PNAE e os recursos recebidos do FNDE, os quais, não podem ser gastos aleatoriamente pelo ente administrativo. Ainda há o processo de “chamada pública” (que se refere à forma de aquisição de produtos da AF, através de recursos federais repassados do FNDE aos municípios) e questões que envolvem diretamente o agricultor familiar, recebendo informações sobre a logística de abastecimento de alimentos com o objetivo de implementar o PNAE (Brasil, 2020).

É perceptível que a integração dos agricultores no PNAE proporciona uma fonte de renda mais estável, visto que o mesmo assegura a aquisição direta de seus produtos, sem a presença de intermediários, o que resulta em maior autonomia econômica e segurança financeira para as famílias envolvidas. Nesse contexto (Saraiva, Silva, Souza *et al.* (2013, p. 931) firmam que “a destinação de recursos do poder público, com devida assistência técnica para possibilitar uma maior adequação dos produtores rurais às exigências do PNAE, configura-se como uma forma de garantir que haja maior inserção dos agricultores nessa política pública”.

No quesito “O PNAE influenciou de alguma forma a diversificação da sua produção ou o aumento da sua renda?” Os agricultores entrevistados demonstraram saber, sucintamente, sobre a sua contribuição no fortalecimento das redes de produção local, promovendo assim uma economia circular no município. Ao disponibilizar seus produtos para o citado programa, os agricultores familiares adquirem maior visibilidade, o que pode fomentar a adoção de novas práticas produtivas e a diversificação das culturas. Em Araçagi, essa participação gerou algumas melhorias: aumento da renda familiar, oportunidade de investimento em equipamentos agrícolas, maior segurança alimentar e maior integração social. Além disso, destaca-se a comparação antes da inserção no programa, mencionadas ao longo da entrevista, como a redução da dependência de intermediários e o fortalecimento da autonomia econômica, impactando positivo nas suas condições de vida e de suas famílias.

Por fim, segundo os dados coletados, a contribuição da AF ao PNAE em Araçagi ultrapassa os benefícios econômicos, pois gera impactos sociais importantes. Ao promover a compra de produtos locais, o programa valoriza o conhecimento tradicional dos agricultores e fortalece o senso de identidade e pertencimento da comunidade em relação ao seu território e

cultura alimentar. Esse fortalecimento da AF, aliado ao apoio do PNAE, representa um avanço significativo para a sustentabilidade local e para a promoção da segurança alimentar no município.

4.2 SUSTENTABILIDADE LOCAL E IMPACTOS ECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE EM ARAÇAGI-PB

A inserção da AF ao PNAE em Araçagi exerce um impacto significativo na promoção da sustentabilidade local e na geração de benefícios econômicos para o município. O PNAE, ao priorizar a compra de alimentos diretamente dos 05 agricultores familiares cadastrados, não só contribui para o fortalecimento da economia local, mas também incentiva práticas produtivas sustentáveis que beneficiam a comunidade e o meio ambiente. A prefeitura local através da Secretaria da Agricultura fornece cursos periodicamente (Figura 03 e Figura 04) em parcerias com instituições de ensino e parcerias abordando temáticas para os agricultores do município, como a orientação para adoção de técnicas propícias, a rotação de culturas, aplicação e manuseio correto de insumos, reforçando o compromisso com a preservação impacto ambiental a biodiversidade local.

Figura 04: Circuito de treinamento do Banco do Brasil sobre o plantio da mandioca



Figura 05: Treinamento de aplicação e manuseio correto de fitossanitários e agrotóxicos



Fonte: Dados da Secretaria de Agricultura de Araçagi-PB, 2024.

A secretária entrevistada afirma que essas ações têm ajudado a melhorar a qualidade do solo e a otimizar o uso da água no município, tornando a produção mais resiliente às mudanças climáticas. No município da referida pesquisa, 1.740 estabelecimentos agropecuários utilizam sistemas de preparo de solo, esses dados fornecidos pela secretária por meio do último Censo Agropecuário de 2017, reforçam o empenho regional em práticas que

ampliam a qualidade do solo e uso da água, assim como enfatiza a transição para uma agricultura mais sustentável, provando que o município tem se beneficiado tanto economicamente quanto ambientalmente.

Para Franzoni e Silva (2016) no contexto da AF, ele pode ser considerado intrinsecamente ligado à inovação, tecnologia e cidadania. Ele reveste-se de importância ao respaldar a agricultura familiar, contribuindo para a transformação social, promovendo a sustentabilidade socioambiental, a inovação organizacional e o acesso a novas tecnologias. Além do mais, funciona como um processo pedagógico.

A secretária entrevistada afirma que os agricultores são integrados na Cooperativa Santa Lúcia e que são assistidos por meio de treinamentos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) buscando a conscientização do uso correto dos defensivos agrícolas em sua produção, quando necessário. Do ponto de vista econômico, essa ligação no PNAE permite aos agricultores e a sua família uma fonte de renda mais estável e previsível, reduzindo a vulnerabilidade financeira dessas famílias e promovendo uma redistribuição de recursos dentro da própria comunidade.

Durante a entrevista com os agricultores, no quesito “Quais são os principais benefícios que você percebe ao participar do PNAE?” parte deles relataram que além dos benefícios de asseguramento da sua renda, conseguem identificar pequenos avanços em suas condições de vida, mesmo que ainda seja de forma simplória, conseguiram realizar pequenas reformas em suas residências, e alguns adquiriram eletrodomésticos como fogão e televisão, exemplos citados, que reflete o aumento da produtividade e a segurança financeira. Segundo dados obtidos no Diário Oficial do município, em 2024, a Prefeitura Municipal firmou contratos com agricultores familiares para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, totalizando valores que variam entre R\$ 33.000,00 e R\$ 39.960,00 para cada fornecedor. Esse credenciamento fortalece a economia local, garante o sustento dos pequenos produtores e contribui para a sustentabilidade, pois incentiva a produção e o consumo de alimentos de origem local nas escolas.

Wanderley (2009), em seu estudo, descreveu a AF como um modelo de produção que engloba economia doméstica, habitação, atividade profissional, patrimônio familiar e cria conexões socioeconômicas através de elos indissociáveis. Sendo assim, ao adquirir produtos diretamente dos agricultores, o PNAE reduz a necessidade de intermediários, permitindo que uma parcela maior dos recursos seja destinada diretamente aos produtores locais.

Atendendo a pergunta “Você acredita que sua participação no PNAE contribui para o desenvolvimento sustentável (para melhorar as condições do nosso planeta) da sua propriedade? Por quê?” Os entrevistados afirmaram ter um cuidado maior com as questões ambientais, no entanto, alegam utilizar de alguns defensivos agrícolas para melhor aceitabilidade visual do produto e com tempo hábil de vendas, utilizando de acordo com a recomendação do fabricante, mantendo o cuidado e a segurança do produto. Assim afirmou um dos entrevistados: “[...] nossa produção ficou melhor com a própria fiscalização da comunidade, busco entregar os produtos de primeira linha...” (Entrevistado número 02).

Nesse contexto, Bittencourt (2020) destaca-se que, para o contínuo desenvolvimento das atividades nos estabelecimentos dedicados à AF, é imperativa a implementação de alternativas tecnológicas e inovadoras que fomentem práticas sustentáveis, especialmente para aqueles de menor escala, com o intuito de otimizar a produção, satisfazer as exigências do mercado consumidor, gerar renda e, acima de tudo, garantir o processo de sucessão familiar. Por meio da inovação nas práticas produtivas desses estabelecimentos, tornar-se-á viável um manejo otimizado dos recursos naturais, promovendo uma AF cada vez mais sustentável ambientalmente.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, no contexto geral de tipos de práticas agrícolas do município de Araçagi, as mais registradas são o pousio ou descanso de solo, utilizada por 765 estabelecimentos e a rotação de cultura praticada em 693 propriedades. Ainda que esses dados não sejam especificamente sobre a AF, aponta técnicas essenciais para a conservação do solo e aumento da produtividade, indicando a referida agricultura do município como uma que apesar dos desafios busca respeitar o equilíbrio ambiental. Ainda, durante a entrevista algumas falas foram relevantes para compreender essas práticas [...] “Na macaxeira ainda sigo as práticas tradicionais, plantando e cuidando como aprendi com o meu pai, é um jeito simples mas que dá bons resultados...” (Entrevistado número 03), enquanto, o entrevistado número 04, afirma buscar fazer a irrigação por gotejamento sempre que possível [...] “Quando uso a irrigação por gotejamento, economizo água, e água vai direto para a raiz da batata-doce, e isso aumenta a qualidade do meu produto...” (Entrevistado número 04).

O comprador oficial para fiscal, durante a entrevista, afirmou que existe uma limitação de variedades dos produtos agrícolas fornecidos pelos agricultores, tendo em vista que são fornecidas apenas duas variedades de frutas e três de tubérculos (banana, abacaxi, macaxeira, inhame e batata-doce), pois são produções propícias para o solo araçagiense. As demais são

provenientes de outros estabelecimentos, o que acaba limitando o número de agricultores beneficiados do citado programa.

Figura 06: Alimentação escolar na escola x do município de Araçagi-PB.



Figura 07: Aluno no momento da alimentação escolar



Fonte: Dados da autora, 2024.

Com relação à assistência técnica, Andrade e Alves (2013) enfatizam que, nas atividades agrícolas, a escolha da variedade de produtos a serem cultivados depende diretamente das peculiaridades de cada propriedade. As características dos empreendimentos estão intrinsecamente ligadas ao tipo de solo, clima, distribuição de chuvas, pragas, entre outros fatores. Neste contexto, a AF no PNAE em Araçagi, apesar das limitações, revela-se um mecanismo estratégico para o desenvolvimento sustentável, gerando um impacto positivo nos âmbitos econômico, ambiental e social. A sustentabilidade local, promovida pela inclusão dos agricultores no citado programa, contribui para a construção de uma economia mais resiliente, que valoriza a cultura local e promove a segurança alimentar com base em práticas produtivas responsáveis.

4.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E BENEFÍCIOS NUTRICIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR, EM ARAÇAGI-PB

A inclusão de produtos da AF no PNAE, em Araçagi, desempenha um papel crucial na promoção da segurança alimentar e na oferta de alimentos nutricionalmente adequados para os estudantes da rede pública. Ao priorizar alimentos frescos e diversificados, produzidos localmente, o citado programa contribui para a qualidade nutricional das refeições escolares e para o combate à insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que valoriza os produtos e saberes da AF local.

Carvalho (2016) afirma que crianças em idade escolar necessitam de uma alimentação saudável, pois é nessa fase que se desenvolvem psicologicamente, construção da cultura e hábitos saudáveis. Os alimentos fornecidos pela AF, como frutas, hortaliças, tubérculos e legumes, são essenciais para uma dieta balanceada e nutritiva, oferecendo vitaminas, minerais e fibras que beneficiam o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças. Assim, a parceria entre o PNAE e os agricultores familiares em Araçagi fortalece a qualidade das refeições servidas nas escolas, promovendo hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

As creches do município oferecem quatro refeições diárias, incluindo desjejum, almoço, lanche da tarde e jantar (Figura 08), enquanto, as escolas regulares do município, fornecem uma refeição durante o horário do lanche (manhã ou tarde). Esse fornecimento regular da alimentação escolar ajuda a suprir as necessidades nutricionais do aluno.

Figura 08: Cardápio das creches do município de Araçagi-PB



PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO CRECHE 2024					MÊS: Setembro
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Desjejum	Mingau de mucilon ou Papa de cremogema	Biscoito Suco de frutas	Vitamina de mamão ou banana com Biscoito	Cuscuz com leite	Mingau de aveia ou Papa de cremogema
Almoço	Cuscuz com ovo e sardinha Suco de frutas	Estrogonofe de frango, feijão carioca, arroz refogado, legumes cozidos Abacaxi em rodela	Macaxeira ou Batata doce com carne gusada Banana in natura ou Laranja in natura	Estrogonofe de frango, feijão carioca, arroz refogado, legumes cozidos Abacaxi em rodela	Macaxeira ou Batata doce com carne gusada Banana in natura ou Laranja in natura
Lanche da Tarde	Vitamina de mamão ou banana com Biscoito	Salada de frutas	Biscoito Suco de frutas	Salada de frutas	Cachorro-quente Suco de frutas
Jantar	Canja de frango	Sopa de carne	Cuscuz com ovo e sardinha Suco de frutas	Sopa de carne	Canja de frango

Obs: Cardápio sujeito a alterações.

Nutricionista responsável: Amanda Maria Lima Teixeira

Amanda Maria Lima Teixeira
Nutricionista

Fonte: Dados da Secretaria de Educação, 2024.

De acordo com uma gestora escolar do município, é possível perceber a qualidade dos alimentos na atual gestão, os produtos agrícolas chegam até a escola semanalmente, contendo três dias na semana produtos alimentícios provenientes da AF, como mostra o planejamento de cardápio do município (Figura 09) contribuindo para o aumento da concentração e do desempenho estudantil. Na sua visão, essa iniciativa também fortalece a conexão entre os agricultores familiares e as escolas, promovendo práticas produtivas que beneficiam tanto o meio ambiente quanto o desenvolvimento educacional, além de contribuir na redução da

evasão escolar do município, assegurando que o aluno tenha no mínimo uma refeição diária de forma segura e com qualidade.

Figura 09: Cardápio das creches do município de Araçagi-PB



 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAGI
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE

Modalidade de ensino: Pré-escola/Ensino Fundamental

PLANEJAMENTO DO CARDÁPIO 2024					Mês: Setembro
Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	
Farofinha de cuscuz com sardinha e ovo Suco de frutas	Sopa de carne	Macaxeira ou batata doce com Estrogonofe de Frango Abacaxi in natura	Canja de frango Banana in natura	Cachorro- quente ou pão com queijo Suco de frutas	

Obs: Cardápio sujeito a alterações.

Nutricionista Responsável: Araceli Maria V. Torres

Araceli Maria V. Torres
Nutricionista
CRN 1758

Fonte: Dados da Secretaria de Educação, 2024.

Ao valorizar a produção local, o PNAE contribui para a diversidade alimentar nas escolas, uma vez que os agricultores familiares trazem uma variedade de produtos adaptados à cultura e ao clima da região. Esse fator é importante não apenas para o enriquecimento nutricional das refeições, mas também para o respeito à identidade alimentar local. A valorização de alimentos típicos da região, como raízes e frutas nativas, reforça o vínculo dos estudantes com a cultura local, promovendo um senso de pertencimento e respeito à biodiversidade local.

A integração de um nutricionista como responsável técnico no quadro de funcionários, a partir do ano de 2006, possibilitou uma melhor qualidade de atendimento do PNAE para atingir seus objetivos nutricionais (FNDE, 2018). Em Araçagi a contribuição da AF para a segurança alimentar por meio do PNAE é significativa diante dos desafios socioeconômicos da região, visto que a mesma mantém suas atividades sustentadas na agricultura e agropecuária.

Dessa forma a garantia de acesso a refeições balanceadas e com produtos de origem local assegura um suporte nutricional essencial para os estudantes, especialmente aqueles provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade. Esse aspecto evidencia o papel estratégico do PNAE na promoção de uma alimentação adequada, ao mesmo tempo em que apoia o desenvolvimento sustentável da AF, destinando 30% da alimentação escolar proveniente dos produtos da agricultura de subsistência, conforme as diretrizes do FNDE. Segundo dados oficiais da transparência da Prefeitura Municipal, por meio do Conselho de

Alimentação Escolar, realizada em janeiro de 2024, discutiu a movimentação dos recursos do PNAE no referido município, a secretária informou que o saldo reprogramado em 30 de novembro de 2023 foi de R\$ 12.564,61, com despesas de R\$ 12.539,88 para a compra de alimentos. Valores como estes, reforçam a eficiência da gestão dos recursos públicos e destacam o papel da agricultura familiar no fornecimento de alimentos de qualidade para a alimentação escolar, promovendo a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

Ainda a alimentação escolar quando fornecida pelo PNAE segue as diretrizes do citado programa, de priorizar a oferta de legumes, verduras e frutas, apresentando um papel importante na formação dos hábitos alimentares, tendo em vista, que muitas crianças têm dificuldade de acesso a esses alimentos, pois às vezes esses produtos não compõem a própria alimentação que têm em casa. Logo, a escola passa a ser esse lugar onde elas terão contato com uma alimentação mais saudável (CENPEC, 2023).

Nesse contexto, a participação da agricultura familiar no PNAE em Araçagi representa uma abordagem integrada de promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento local. Ao assegurar o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade nas escolas, o programa contribui para o bem-estar das crianças, valoriza a produção agrícola regional e fortalece a sustentabilidade alimentar da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAE é crucial para promover a AF, proporcionando um mercado sustentável e equitativo para os produtores de pequeno porte no Brasil, especificamente em Araçagi, objeto desta pesquisa. A exigência do PNAE é que, pelo menos 30% dos alimentos fornecidos às escolas sejam adquiridos de agricultores familiares. Assim, promove uma valorização dos produtos locais, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e contribuindo para a diversificação das culturas e dos hábitos alimentares. Esse incentivo, além de proporcionar uma fonte estável de renda aos agricultores, tem reduzido a dependência de intermediários, fortalecendo a economia local e contribuindo para a autonomia dos produtores.

Do ponto de vista da segurança alimentar, o PNAE cumpre um papel fundamental ao assegurar que os estudantes da rede pública tenham acesso a refeições nutritivas e de qualidade, com alimentos diversificados. Esse acesso regular a uma alimentação equilibrada é essencial para o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos, além de contribuir para a melhoria do desempenho escolar e a redução da Insegurança Alimentar e Nutricional. A integração dos produtos da AF no cardápio escolar também promove o resgate de hábitos alimentares mais saudáveis e regionais, beneficiando não apenas os estudantes, mas também influenciando positivamente a cultura alimentar local.

No entanto, o estudo também identificou desafios que ainda limitam a plena expansão de produtos agrícolas no município citado. Dentre eles, destacam-se as dificuldades de implementação de outros produtos agrícolas, como verduras e legumes, se limitando à produção de algumas frutas e tubérculos. Esses aspectos revelam a importância de um maior investimento em capacitação técnica e em políticas de suporte que ofereçam infraestrutura adequada e apoio contínuo aos produtores locais.

Outro ponto relevante observado foi o impacto positivo do PNAE na sustentabilidade local, especialmente em relação à promoção da busca de práticas agrícolas mais responsáveis e ao incentivo ao consumo de produtos orgânicos e regionais. A implementação de práticas de produção sustentáveis no contexto do PNAE reforça a necessidade de uma política pública que não só assegure a segurança alimentar, mas que também contribua para a preservação ambiental e a utilização consciente dos recursos naturais.

Em síntese, esta pesquisa conclui que a articulação entre o PNAE e a AF em Araçagi exerce um papel fundamental para a sustentabilidade e a segurança alimentar, configurando-se como uma política pública que aporta, de maneira significativa, ao desenvolvimento

socioeconômico e nutricional da comunidade local. No entanto, para que o programa realize seu potencial máximo, é imprescindível a implementação de políticas de fortalecimento, que abranjam desde o suporte técnico aos agricultores até a expansão da infraestrutura e do suporte logístico.

Para estudos futuros, recomenda-se a condução de estudos que ampliem a análise acerca do impacto socioeconômico do PNAE em diversas realidades locais e regionais, comparando a eficácia do citado programa em municípios com distintas características econômicas e sociais. Além disso, é recomendável analisar o efeito a longo prazo do consumo dos produtos oriundos da AF na saúde, bem como nos hábitos alimentares dos estudantes.

Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para a ampliação das discussões sobre a importância do PNAE e inspire ações e estudos futuros que fortaleçam essa política pública e aprimorem sua execução, garantindo a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D. C. Agricultura familiar no município de Araçagi/PB: desafios e perspectivas no Sítio Cipoal. 2018. 44p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.
- ALIGLERI, Lilian Mara. (2011). A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 178, 2011.
- ALMEIDA, Fernando. Responsabilidade social e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Elsevier**. 2009.
- ANTOINE, Daniel; HILLSON, Simon. Famine, the Black Death, and health in fourteenth-century London. **Archaeology International**, v. 8, n. 1, 2012.
- ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: uma história brasileira. In: **Fome Zero: uma história brasileira**. 2010. p. 188-188.
- ARAÚJO, G. F. Estratégias de Sustentabilidade: aspectos científicos, sociais e legais: contexto global: visão comparativa. 1. ed. São Paulo: Editora Letras Jurídicas, 2008.
- ARAÚJO, Sabrina Martins et al. Análise da pobreza no estado da Paraíba nos governos FHC e Lula: decomposição entre os componentes crescimento e redistribuição da renda. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 7, p. e5608-e5608, 2024.
- BISPO, Scarlett Queen Almeida; MARTINS, Márcia Michelle Viana; CECHIN, Alicia. Políticas agrícolas chinesas: fome, transformações e perspectivas. *Revista de Política Agrícola*, v. 32, n. 1, p. 56, 2023.
- Brasil. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2004.
- _____. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2021; 30 dec.
- _____. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional –LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; 2006.
- _____. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as

Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório da oficina técnica para análise da escala de medida domiciliar da insegurança alimentar. **Brasília**, DF, 2010c. (Nota técnica, 128)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988.

CONSEA. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei Orgânica Segurança Aliment. e Nutr. Lei N° 11.346 15 setembro 2006. 2006; s/v(s/n):1–28.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Araçagi, estado da Paraíba.

MASCARENHAS, João de Castro. et al. (Org.). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. International Fund for Agricultural Development. World Food Programme. The State of Food Insecurity in the World. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. 2014.

FIAN BRASIL. Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Dhana) – Módulo I. Brasília, 2020.

Fome Zero: Uma História Brasileira. Organizadora: Adriana Veiga Aranha. Brasília, DF: **Ministério Zero**, v.1, 2010. 190 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO), WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Food safety risk analysis. A guide for national food safety authorities. Rome: FAO; 2006.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. RESR, Piracicaba, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, março de 2015.

GUERRA, Clarissa de Souza. Soberania Alimentar No Brasil: Limites Econômicos (geo)políticos e jurídicos nos marcos do Capitalismo Periférico. 2020.

GIL, Antonio Carlos. Metodologia do Ensino Superior. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 128 p.

GUIMARÃES, G. M. Agricultura familiar e sustentabilidade sistematização do seminário:

“soberania alimentar e identidade territorial” (mímio), 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso: 05 de julho de 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo demográfico 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 05 de julho de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira -2019. R. Janeiro. p. 214, 2019.

JUNGES, J. R. Bioética e meio ambiente no Brasil: uma abordagem hermenêutica. Escola de formação fé, política e trabalho – **Diocese de Caxias do Sul**.

Lindert K, Linder A, Hobbs J, Brière B. The nuts and bolts of Brazil's Bolsa Família Program: implementing conditional cash transfers in a decentralized context. Washington DC: The World Bank; 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 5. Ed. 4. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. Saco vazio não para em pé: anotações sobre a fome na história. Boletim Alfenense de Geografia, v. 3, n. 5, p. 151-183, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NASCIMENTO, Lucilene Crispim do. Processo de degradação ao longo do rio Araçagi-PB. 51p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

OLIVEIRA, A.F.S. (2007) A sustentabilidade da agricultura orgânica familiar dos produtores associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE). 2007. 97f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Ceará.

PEREIRA, G. do C.; SOUZA, A. A. de; CUNHA, L. T. da. Perfil de produtores de hortaliças provenientes da agricultura familiar em boa esperança e Varginha–MG. Revista Agroveterinária do Sul de Minas, v. 2, n. 1, p. 33-44, 2020.

QUEIROZ, ANA ISABEL et al. INTRODUÇÃO AOS TEMAS DA POBREZA E DA FOME EM CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO.

SILVA, Helena da; QUEIROZ, Ana Isabel. Cormac Ó Gráda on Food, Famines and Diseases: A Long History of Dearth and Mortality. *Ler História*, n. 76, p. 209, 2020.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horário Martins de. “Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma história Brasileira”. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, 2010, v. 3, pp.

144-156. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Acesso em: 11 out. 2024.

Sousa ACA, Costa DM, Pereira SR, Lago RF. Gênero e a pandemia COVID-19: revisão da produção científica nas ciências da saúde no Brasil. *Saúde Debate* 2021; 45(spe 2):171-86. SOUSA, Luna Rezende Machado de et al. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. **Cadernos de saúde pública**, v. 35, 2019. p.1-13. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00084118>.

TORRES, Rodrigo Cabral Gonzaga. **A Volta do Brasil ao Mapa da Fome: segurança alimentar, conjunturas sociopolíticas e econômicas no Brasil em 2021 durante a pandemia do Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso. p. 44, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURRA, Francisco. Existe uma solução para o problema da fome no mundo? **Revista de Política Agrícola**, v. 10, n. 2, p. 53-54, 2012.

SANTOS, J. C.; SANTOS, D. de J.; PERIN, L. Perfil dos produtores orgânicos de Sergipe. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.

ZAAR, Miriam Hermi. “A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar”. In: *Sociedade e Território*, v. 27, nº 3, pp.26-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/7870/613>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ANEXOS

**QUESTIONÁRIO SOBRE PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) DO MUNICÍPIO
DE ARAÇAGI-PB**

Informações pessoais:

Nome completo:

Idade:

Endereço:

Perfil do Produtor:

01. Há quanto tempo você está envolvido na agricultura?
02. Que tipos de culturas ou produtos você cultiva/produz?
03. Qual é a área total da sua propriedade dedicada à produção agrícola? Participação no PNAE:
04. Desde quando você participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?
05. Quais produtos agrícolas você fornece para o PNAE? Liste todos.
06. Como você descreveria o processo de cadastramento e participação no PNAE?

Benefícios e Desafios:

07. Quais são os principais benefícios que você percebe ao participar do PNAE?
08. Quais são os principais desafios enfrentados ao participar do PNAE?
09. Você acredita que sua participação no PNAE contribui para o desenvolvimento sustentável (para melhorar as condições naturais do nosso planeta) da sua propriedade? Por quê?

Impactos Percebidos:

10. Como você percebe o impacto do PNAE na sua comunidade?
11. O PNAE influenciou de alguma forma a diversificação da sua produção ou o aumento da sua renda?

Satisfação e Melhorias:

12. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia a sua satisfação geral com o PNAE?
(1-Insuficiente, 2 – Regular, 3 – Bom, 4 – Ótimo, 5 – excelente)
13. Que melhorias você gostaria de ver no PNAE para beneficiar melhor os agricultores como você?
14. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a sua experiência com o PNAE?

**QUESTIONÁRIO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA SOBRE O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E A
PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI-PB**

Informações pessoais:

Nome completo:

Cargo que ocupa na Secretaria de Agricultura:

Formação profissional:

Implementação do PNAE:

01. Há quanto tempo você está envolvido na gestão do PNAE?

02. Como é feita a gestão e coordenação do PNAE no município de Araçagi-PB?

03. Quais são os critérios e processos para o cadastramento de agricultores no PNAE?

04. Quais são os principais desafios enfrentados pela Secretaria na implementação do PNAE?

Relação com os Agricultores:

05. Como a Secretaria de Agricultura colabora com os agricultores locais para incentivar a participação no PNAE?

06. Como são realizadas as capacitações ou orientações para os agricultores interessados em participar do PNAE?

Benefícios e Impactos:

07. Quais são os principais benefícios percebidos para os agricultores que participam do PNAE?

08. Como você percebe o impacto do PNAE na economia local e na segurança alimentar das escolas?

Desafios e Melhorias:

09. Quais são os principais desafios enfrentados pelos agricultores participantes do PNAE?

10. Que melhorias você considera necessárias no PNAE para apoiar os agricultores quanto aos resultados do programa?

Cooperação e Parcerias:

11. Existe alguma colaboração com outras entidades ou órgãos governamentais para fortalecer a implementação do PNAE?

Avaliação e Monitoramento:

13. Como é feita a avaliação e o monitoramento da eficácia do PNAE no município de Araçagi-PB?

14. Quais são os principais indicadores usados para avaliar o sucesso do programa?

Perspectivas Futuras:

15. Quais são as metas ou objetivos futuros da Secretaria de Agricultura em relação ao PNAE?

16. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a gestão do PNAE e a participação dos agricultores?